

## NA SEDE DO NATIVISMO: O IAPG E O SEU NASCIMENTO

*Luiz Felipe Vieira Ferrão\**

Ao se abrir o Jornal *O Diário de Pernambuco*, em 20 de Fevereiro de 1860, o leitor pode notar em sua última página o surgimento de mais um folhetim. Sob o nome de *A carteira* e assinado por Torres Bandeira, este folhetim, que geralmente era publicado no início da semana, propunha-se a discutir:

Como convém, no estudo minucioso dos melhoramentos que o Brasil, em geral, e particularmente Pernambuco, estão reclamando ainda todos os dias: - examiná-los-hemos cada um de persi, chamando em nosso apoio o pensar autorizado e prudente dos homens práticos.<sup>1</sup>

Os dias se passaram e novamente ele publicou o seu folhetim no *Diário de Pernambuco*, tornando esta atividade recorrente. Vários foram os assuntos abordados, mas para Torres Bandeira, o que mais importava era iniciar uma análise sobre o que se passava “em nosso paiz, sob o simples aspecto do seu desenvolvimento intellectual”.<sup>2</sup> É dentro desta análise que estão as questões que envolvem a pesquisa da história pernambucana. Uma história que para muitos autores havia sofrido uma espécie de abandono por parte da intelectualidade local. Este fato teria ficado patente na visita feita pelo Imperador em 1859. Naquela oportunidade, para vergonha da província, revelava-se a profunda ignorância geral e o abandono em que haviam sido relegados alguns vestígios do passado. O mesmo deixou o Imperador muitíssimo irritado por não poder “afirmar uma opinião sobre os conhecimentos arqueológicos desta gente”<sup>3</sup> e colocou a província na obrigação de revitalizar a sua memória. Por este motivo, e preocupado também “em preservar a tradição histórica da Província frente ao Imperialismo da historiografia do Rio”,<sup>4</sup> Torres Bandeira veio a público pedir a criação de um instituto histórico nos moldes do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Além desta instituição, o autor também solicitou a criação

de diversas instituições provinciais com a mesma finalidade de resguardar a memória local.

Para o autor, instituições como um Arquivo Público, voltado para província, e um Instituto Histórico, possibilitariam a revitalização da história local. Só assim esta poderia encontrar os lugares onde reside a memória pernambucana. Segundo Pierre Nora, os lugares de memória nascem e são necessários porque:

...vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais, por isso a defesa, pelas minorias, de uma memória refugiada sobre focos privilegiados e enciumadamente guardados nada mais faz do que levar à incandescência a verdade de todos os lugares de memória.<sup>5</sup>

Torres Bandeira estava apenas refletindo as preocupações dos intelectuais de sua província que, já a algum tempo, vinham se preocupando com as *deformações históricas* causadas pela “perspectiva unitária e fluminense”.<sup>6</sup> Esta preocupação em dar a sua versão dos fatos permeia todo o folhetim e demarca um entendimento histórico completamente diferente daquele defendido pelos historiadores da corte. Para Torres Bandeira, bem como para os seus leitores, havia uma necessidade de *descentralizar* a história para que esta não viesse a cometer os *equívocos já observados*. Por este motivo, cabe a cada província fazer a sua *História* com os seus historiadores. O somatório destas histórias provinciais comporiam a *História Nacional*. Assim, evitar-se-iam os equívocos já que as particularidades das províncias seriam respeitadas. É a memória local reagindo à história oficial e deturpadora.

Esta forma de entendimento histórico vai contra as *idéias do fazer histórico* que emanavam da corte. Embora não negando a sua existência, a memória provinciana se recusa a *entrar em entendimentos* com a história feita pela corte, já que não se identifica plenamente com a memória oficial

que, da corte, pretende elaborar a História Nacional. Este fato opõe os historiadores da corte aos historiadores locais, embora os segundos respeitem muito os primeiros. Esta oposição *quase amigável* fica patente nas reclamações feitas por Maximiano Lopes Machado, que ao comentar sobre Varnhagen, chama-o de parcial no exame “dos fatos relativos a cada uma das partes do todo”.<sup>7</sup> Outro que também se insurge é Muniz Tavares, que faz um combate veemente ao Cônego Fernandes Pinheiro quando este tenta reabilitar o Governador Luís do Rego Barreto, o mesmo que reprimira o movimento de 1817 em Pernambuco, do qual Muniz Tavares fez parte.

Orgulhavam-se estes pernambucanos de seus lugares de memória, tais como os Guararapes ou o Monte dos Tabocas. Orgulhavam-se de seus heróis, tais como Vidal de Negreiros e Fernandes Vieira. E orgulhavam-se também de suas datas, tais como 1654 e 1817. Por este motivo perguntavam-se:

Se é verdade, senhores, que no estudo da História Nacional é que podem colher as melhores lições de patriotismo, de quantas utilidades nos não será o da nossa?<sup>8</sup>

José Honório Rodrigues, em seu prefácio para o índice anotado da Revista do Instituto, denomina o futuro instituto, assim como os diversos Institutos Históricos que seriam criados, de “centro ideológico do patriotismo nascente”<sup>9</sup> onde seria prioritário a defesa da pátria, das idéias Republicanas, democráticas e liberais. No caso desta instituição, ocorria, também, uma defesa intransigente da *pernambucanidade*. Só uma instituição como esta para colocar Pernambuco como *ator principal* dessa peça chamada nação.

O que ocorre aqui pode ser explicado a partir da afirmação feita por Lúcia Maria Paschoal Guimarães, que ao analisar o IHGB afirma que:

A construção da Memória do Império foi um longo e seletivo empreendimento, onde se procurou pinçar, no ‘vertiginoso repertório’ do passado, os esclarecimentos que pudessem auxiliar na definição do presente. A nortear a organização do ‘estoque’ das lembranças, estava a necessidade de levar adiante o projeto político iniciado em 1822.<sup>10</sup>

Não identificados plenamente com a *Memória do Império*, os intelectuais pernambucanos, e aí devemos incluir Torres Bandeira, pinçavam no seu *vertiginoso repertório do passado*, os esclarecimentos para um presente com o qual não concordavam. Como um província com este passado pode ter seus fatos não valorizados pela corte? Se ao nortear a organização do estoque de lembranças do IHGB e do Império, estavam a necessidade de levar adiante o projeto político de 22, como poderia ser encaixada a Memória Pernambucana nesta ação? Principalmente, se contarmos com o fato de que muitas interpretações Pernambucanas colidem de frente com as interpretações dos historiadores da corte, principalmente aqueles que estavam em torno do IHGB.

Criado no dia 28 de Janeiro de 1862, o Instituto Arqueológico Geográfico Pernambucano (IAGP) é uma referência direta aos fins da guerra de restauração do poder português em Pernambuco. Este fato faz com que o próprio IAGP seja também um lugar de memória. Torres Bandeira e outros intelectuais como ele iriam participar desta instituição colocando *a sua pena* a serviço da mesma. Iriam fazer um bom serviço em prol da memória daquela província.

Segundo Instituto Histórico e primeiro no Nordeste, esta Instituição foi a primeira a se dedicar, quase que plenamente, a História de Pernambuco (83%, segundo Lilia M. Schwarcz). O conhecimento da História deste Instituto se torna complicado pelo fato de não existir nenhum trabalho que se dedique a analisar esta Instituição, e suas publicações, mais a fundo. Este fato dificulta a análise do quadro intelectual pernambucano, não possibilitando o conhecimento das atividades destes intelectuais, suas influências e motivações. Também não possibilita um conhecimento mais profundo da sociedade pernambucana de fins do século XIX e início do XX, o que impede a verificação de como esta sociedade age frente ao poder central que se localiza no Rio de Janeiro.

O presente trabalho, que inicia uma longa jornada em busca de conhecer mais sobre este pedaço do país, é parte de uma pesquisa que irá procurar desvendar os *mistérios* desta sociedade, que para defender a sua memória, criou o IAGP.

### Notas

- \* Mestrando em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ.
- 1 Torres Bandeira, *Diário de Pernambuco* 20 de Fevereiro de 1860. Recife, p 8
- 2 Torres Bandeira, Idem.
- 3 Evaldo Cabral de Mello. *Rubro veio, o imaginário da restauração pernambucana*. RJ: Nova Fronteira, 1986. p 38
- 4 Evaldo Cabral de Mello, Idem p 63
- 5 Pierre Nora; "Entre Memória e História: A problemática dos lugares". SP: *Projeto História*, v 10, P 7 - 28, dez 1993. P 13.
- 6 Evaldo Cabral de Mello; Idem. p 62
- 7 Maximiano Lopes Machado. *História da província da Paraíba*, Paraíba: 1912. p III.
- 8 Discurso de pronunciamento feito pelo Presidente do Instituto João Pires Machado. V 1, n1, 1863. P 8
- 9 José Honório Rodrigues; "A Historiografia Pernambucana na Revista do Instituto Arqueológico". Recife: *RIAGP*, v. XLIV, 1954 - 1959. p 09
- 10 Lúcia Maria Paschoal Guimarães; "Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838 - 1889)". RJ: *RIHGB*, v 388, P 459 - 613, jun./set. 1995. p 517